

ECONOMIA, TRABALHO E RENDA NO NORDESTE BRASILEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Cassiano José Bezerra Marques Trovão¹
Juliana Bacelar de Araújo²
Rafael Fernandes Montenegro³

RESUMO

O Nordeste ganhou destaque no início do século XXI pois sua produção passou a crescer acima da média nacional, impulsionada, principalmente, pelas expansões do emprego e da renda, do crédito ao consumo e da atração de um relevante bloco de investimentos públicos e privados. A implementação e consolidação das políticas sociais (transferência de renda e valorização do salário mínimo) contribuíram para o dinamismo da economia regional, assim como o desenvolvimento do agronegócio ligado à exportação de frutas nos perímetros irrigados da região. A dinâmica econômica recente impactou a estrutura produtiva pela redução da importância relativa de bases produtivas tradicionais ligadas aos complexos pecuária/algodão/policultura e sucroalcooleiro, pelo avanço significativo do terciário, da indústria e do agronegócio, pela dinamização de bases produtivas de pequeno e médio portes e de arranjos produtivos locais além da promoção e consolidação de projetos de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica. É a partir da constatação dessa dinâmica que o artigo se propõe a caracterizar o surgimento de um processo de expansão do emprego e da renda das famílias, que se mostrou favorável a uma redução da desigualdade de renda na região.

Palavras-chave: Estrutura produtiva; Trabalho; Renda; Desigualdade Nordeste.

ECONOMY, LABOR AND INCOME IN THE BRAZILIAN NORTHEAST AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY

ABSTRACT

The Northeast of Brazil gained prominence at the beginning of the 21st century because its production grew faster than the national average, driven mainly by the expansion of employment and income, consumer credit and the attraction of a relevant investment block public and private. The implementation and consolidation of social policies (income transfer and valorization of the minimum wage) contributed to the dynamism of the regional economy, as well as the development of agribusiness related to fruit exports in the irrigated perimeters of the region. The recent economic dynamics impacted the productive structure by reducing the relative importance of traditional productive bases linked to the livestock / cotton / polyculture and sugar and alcohol complexes, by the significant advance of the tertiary, industry and agribusiness, by the dynamization of productive bases of small and medium size and of local productive arrangements and, in addition, the promotion and consolidation of productive investment projects and economic infrastructure. It is this dynamic that the article

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail c_trovao@yahoo.com.br

² Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail julianabacelararaujo@gmail.com

³ Aluno do curso de graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. rafael.fernandes55@yahoo.com.br

proposes to explore in order to characterize the emergence of a process of expansion of employment and family income, which has been favorable to a reduction of income inequality in the region.

Keywords: Production structure; Labor; Income; Inequality; Northeast.

1 INTRODUÇÃO

Os anos 2000 caracterizam-se por uma retomada do papel ativo do Estado na dinâmica da atividade produtiva, a partir do fortalecimento e ampliação de políticas públicas e investimentos em infraestrutura social e econômica, com destaque para os Programas de Aceleração do Crescimento I e II. Para Araújo (2017, p. 26), “a retomada do crescimento da atividade econômica em um cenário internacional favorável até 2008, permitiu o avanço do processo de integração regional com desconcentração do produto em favor das regiões mais pobres, mesmo que baseado mais em políticas implícitas do que explícitas de desenvolvimento regional”.

Esse cenário do início do século XXI é o período de interesse do presente artigo pois é o momento em que o país deu sinais de superação da crise da dívida e da inflação que caracterizaram os anos 1980 e início dos 1990, bem como conseguiu apresentar certa capacidade de reativação de sua economia.

O Brasil nesse período passou por um processo de dinamização da sua atividade econômica com ampliação e formalização do emprego, melhores condições de vida de sua população e redução da desigualdade de renda. Processo esse, iniciado com a expansão das exportações, que permitiu o incremento do consumo interno, reflexo de um bom momento do mercado de trabalho, dos investimentos econômicos e sociais e de políticas de ampliação do crédito e da renda das famílias, a partir de programas como o Bolsa Família e a política de valorização real do salário mínimo, e da consolidação e ampliação do Benefício de Prestação Continuada e da previdência.

É nesses ambientes mundial e nacional favoráveis que a economia do Nordeste ganha destaque. Sua produção passou a crescer acima da média nacional, impulsionada, principalmente, pelas expansões do emprego e da renda, do crédito ao consumo e da atração de um relevante bloco de investimentos públicos e privados. A implementação e consolidação das políticas sociais (transferência de renda e valorização do salário mínimo) contribuíram para o dinamismo da economia regional. O crescimento das exportações de *commodities* favoreceu a expansão da fronteira

agrícola em direção aos cerrados nordestinos, por conta do agronegócio produtor e exportador de grãos (ARAÚJO; TROVÃO, 2015). Mas, também, é possível observar o desenvolvimento do agronegócio ligado à exportação de frutas nos perímetros irrigados da região.

A dinâmica econômica recente impactou a estrutura produtiva da região sob três aspectos: 1) “perda de importância relativa de bases tradicionais antigas (complexo pecuária/algodão/policultura e complexo sucroalcooleiro), e o avanço significativo do terciário (serviços de educação, saúde, comércio moderno e serviços às empresas), da indústria (de transformação e da construção civil) e do agronegócio (voltado para a produção de grãos e de frutas)”; 2) dinamização de bases produtivas de pequeno e médio portes, além da consolidação de arranjos produtivos locais, que se somaram ao fortalecimento de setores tradicionais como o da construção civil, da indústria de alimentos, da fruticultura irrigada e do turismo; 3) promoção e consolidação de projetos de investimentos produtivos e em infraestrutura econômica (CGEE, 2014, p. 24).

Nesse sentido, o presente Artigo tem por objetivo apresentar a evolução da dinâmica econômica nordestina e seus impactos sobre o mercado de trabalho e a renda nesse início de século. Para tanto, o trabalho divide-se em cinco partes, além dessa introdução. A primeira discute a evolução da dinâmica econômica e seus reflexos sobre a estrutura produtiva nordestina. A segunda apresenta os impactos sobre o mercado de trabalho em termos setoriais e ocupacionais. A terceira procura trazer os reflexos sobre a renda das famílias, especialmente aquela com origem no mercado de trabalho. A quarta aprofunda o debate sobre os impactos da dinâmica econômica sobre a renda e sua concentração. A quinta e última faz um resgate do que foi apresentado, apontando para os desafios que a região Nordeste deverá enfrentar em um futuro próximo.

2 UM BREVE RETROSPECTO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE

O Brasil realizou, ao longo de sua formação econômica, um processo histórico de transição de mais de quatro séculos dominados por um modelo primário-exportador para um modelo liderado pela constituição das bases industriais e de uma forte urbanização no século XX. A passagem de uma sociedade predominantemente rural para outra, de características urbanas, foi acompanhada de outra transformação

relevante em que se observa uma alteração da liderança sob a dinâmica econômica, não mais associada exclusivamente à dimensão externa.

Como apontam diversos autores, entre eles Guimarães Neto (1989), Cano, (1977, 2007), o país, ocupado e organizado inicialmente em polos regionais pouco articulados entre si e voltados para o mercado externo, caminhou para uma economia crescentemente orientada para o mercado interno sob a liderança da acumulação industrial e do consumo das classes de renda média e alta.

Esse processo de transição implicou em uma maior e recorrente articulação das bases produtivas regionais, a despeito da forte concentração industrial no Sudeste. Destaca-se, ainda, que da metade para frente do século XX, ocorreu um processo de “integração produtiva” liderado por grandes grupos nacionais e multinacionais, que contaram com a colaboração do Estado desenvolvimentista até o início dos anos 1980, quando o país passou a viver a denominada “crise da dívida”. Vale destacar ainda, nesse período, a importância dos incentivos fiscais da SUDENE e do bloco de investimentos do II PND, que foram fundamentais para a implementação da indústria de bens intermediários no Nordeste⁴.

A partir da década de 1980, com a crise fiscal e financeira do Estado e das empresas estatais, a dinâmica regional é redefinida pela redução dos investimentos e pela deterioração das funções públicas de administração e planejamento. O processo de industrialização perdeu força enquanto projeto nacional. As políticas regionais, nesse cenário, acabaram sendo deixadas em segundo plano. Para Araújo (2017, p. 26), “a dinâmica do processo de integração inter-regional em meio às mudanças vividas pelo país nos anos 1990 só aprofundam as tendências dos anos 1980”. Cano ainda afirma que, nesse contexto, “as desgastadas políticas regionais e suas instituições saem da agenda pública, ampliando ainda mais a nociva guerra fiscal” (CANO, 2017, p. 13).

Apesar desse quadro, os impactos da crise da dívida foram sentidos de maneira mais forte na região mais industrializada do país e em menor proporção no Nordeste. Entre 1980 e 1990, o PIB do Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 3,3%, acima da média nacional de 1,6% a.a. É verdade que a economia nordestina acompanhou a desaceleração geral observada no país, mas, por suas características econômicas e por conta do amadurecimento do bloco de investimentos oriundos do II

⁴ Ver Araújo (1984).

PND, a crise foi menos sentida no Nordeste. Em termos industriais, destacam-se: os investimentos na extração de petróleo e gás e nas indústrias metalúrgica, química, de plástico e papel e celulose; a expansão da indústria de vestuário e calçados que se dirigiram, sobretudo, para o Estado do Ceará; o agronegócio nos cerrados dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; os polos de fruticultura irrigada na região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) e no Vale do Açu (RN); a expansão do turismo; e o crescimento das cidades médias oriundos da continuidade do processo de urbanização (CANO, 2008; ARAUJO, 2017).

Nos anos 1990, a estabilização inflacionária (Plano Real), a abertura comercial e financeira, as privatizações, as reformas do Estado e as mudanças no tratamento da questão social se deram *pari passu* à elevação do nível de desemprego e ao crescimento da informalidade no âmbito do mercado de trabalho. A valorização cambial e a abertura comercial, ao ampliar o poder de compra da renda doméstica deslocou parte do consumo para as importações, o que provocou uma redução da produção e do emprego industrial, fragilizando o setor produtivo nacional, em um cenário em que vários segmentos produtivos perderam espaço e/ou desapareceram.

Laplane e Sarti (2006) apontam que as empresas reagiram a esse quadro intensificando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, reduzindo empregos. O baixo nível de investimentos levou a um processo de “especialização regressiva” da estrutura produtiva industrial, que provocou uma redução da participação da indústria no PIB, uma diminuição do adensamento das cadeias produtivas (VTI/VBP) e a especialização em atividades intensivas em recursos naturais (terra, energia e água) de baixo valor agregado.

Ainda assim, o Nordeste cresceu acima da média nacional, em decorrência, entre outras coisas, do fato de o movimento de integração econômica ter articulado as diversas dinâmicas regionais, o que levou à ampliação da heterogeneidade das estruturas produtivas da região (ARAÚJO, 2000, p. 168-169).

E é justamente em função das particularidades das estruturas produtivas de cada região que o Nordeste é menos atingido na crise dos anos recentes. A crise tem afetado mais fortemente o setor industrial e, dentro dele, os segmentos produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Ora, tais segmentos não têm grande presença no tecido industrial do Nordeste [...] Ao se especializar mais na produção de bens intermediários, destinando parte importante às exportações, a indústria recentemente instalada no Nordeste resiste melhor aos efeitos da recessão brasileira. Paralelamente, em sua porção oeste e nas margens do submédio São Francisco, o Nordeste implantou moderna agricultura de grãos e importante polo de fruticultura, ambos para exportação, o que ajuda

a resistir aos efeitos da retração da demanda interna, podendo localizadamente enfrentar melhor a crise”.

A redução da capacidade de investimento e o aumento do endividamento do Estado, somados às privatizações e à abertura comercial, impactaram negativamente o Nordeste. Ressalta-se, por exemplo, o caso da privatização do Sistema Siderbrás que, ao acabar com o preço único, diminuiu a capacidade competitiva das empresas nordestinas do setor metal mecânico, ao ter que incorrer em altos custos de transportes por adquirirem seus insumos no Sudeste, e o caso dos setores tradicionais da região, como o têxtil, que depois de ter sofrido com a crise do algodão agora seria exposto a uma pesada concorrência internacional num contexto de câmbio valorizado (ARAÚJO, 2000). No final da década, o Nordeste apresentava uma importante diversidade de estruturas produtivas sub-regionais heterogêneas com “[...] novas áreas de expansão que abrigam, hoje, estruturas modernas e dinâmicas, as quais convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais diferenciada e complexa” (ARAÚJO, 2000, p. 194).

Os vários “nordestes”, contando “[...] do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacauzeiro do sul baiano; do Nordeste mínerometalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste agroindustrial do semiárido, dominado pelo tradicional complexo gado/ agricultura de sequeiro etc.” assistiram a uma “modernização conservadora”, com diferentes reflexos dentro da região, com ganhos relativos para o Estado do Ceará e perdas para os de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia (ARAÚJO, 2000, p. 194).

O Ceará teve sua transformação puxada pelo empresariado local nos setores têxtil/confecções e do varejo moderno. Em Pernambuco, o empresariado tradicional perdeu espaço, o que provocou o fechamento de fábricas de tecidos e usinas de açúcar. Na Bahia, esse movimento se deu na produção de intermediários, onde o crescimento do valor adicionado não acompanhou a geração de empregos. O Rio Grande do Norte e Sergipe desenvolveram dinâmicas próprias influenciadas pelos investimentos da indústria de petróleo e gás. Já o Maranhão e o Piauí desenvolveram-se pela expansão da fronteira agrícola (ARAÚJO, 2000, p. 194).

Em linhas gerais, o que se evidenciou é que o cenário que se desenha a partir da consolidação do processo de integração produtiva no Brasil do final do século XX retrata um Nordeste ou “Nordestes” que, no período seguinte, acompanharão o movimento da economia nacional com relativo sucesso. Afinal, a região tendeu a apresentar taxas de crescimento superiores à média nacional nas fases de expansão e, nos momentos de crise, taxas de retração da atividade econômica relativamente menores.

3 DINÂMICA ECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA

A dinâmica regional no Brasil dos anos 2000 contou, segundo Resende et al. (2015), com a combinação de três movimentos favoráveis: 1) crescimento elevado das economias regionais; 2) diminuição das disparidades regionais em termos de PIB per capita; e 3) recuperação da capacidade do estado em promover o desenvolvimento regional (RESENDE et al., 2015, p. 8). Para o autor, no Nordeste, a especificidade do desenvolvimento regional deve-se, entre outros fatores: 1) à expansão do PIB das cidades médias (de 100 a 500 mil habitantes) e pequenas (com até 50 mil); 2) à elevação do consumo das famílias mais pobres que puxaram o crescimento de setores como o do comércio e dos serviços; 3) à redução de algumas desigualdades socioeconômicas (IDH do Nordeste cresceu acima da média nacional, ainda que tenha permanecido como o menor do país); 4) à desconcentração da indústria, ainda que se verificassem maior peso relativo das áreas metropolitanas, a exemplo das microrregiões de Fortaleza e Sobral, e do crescimento das indústrias têxtil, calçadista e de alimentos e bebidas; 5) à diversificação dos investimentos produtivos; e 6) à expansão das vagas no ensino superior público e privado, levando a um aumento da migração de estudantes universitários.

No âmbito das políticas nacionais (implícitas) que impactaram o Nordeste, Guimarães Neto (2010) aponta para a importância de políticas setoriais e, em especial, sociais, que beneficiaram regiões economicamente mais atrasadas. A política de valorização real do salário mínimo é um bom exemplo desse tipo de política, assim como as políticas de transferência de renda, como as da Previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família.

O autor destaca, ainda, o papel relevante para a dinâmica econômica dos grandes projetos de investimentos favorecidos pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) e das políticas de crédito e/ou de financiamento de longo prazo alavancadas pelo BNDES.

Os esforços em rearticular a agenda nacional de políticas de cunho regional foram obscurecidos pelo crescimento da importância relativa de políticas setoriais no espaço regional. Para a autora, na disputa entre políticas regionais explícitas (PNDR) e políticas regionais implícitas (PAC, BNDES, Programa MCMV e guerra fiscal entre Estados e Municípios), “a dinâmica econômico-espacial desse período pode ser melhor associada a aspectos que não configuram uma estratégia de integração, mas que se beneficiam da herança da integração “do passado” para se espriar pelo território, ocasionando importantes impactos intrarregionais”.

Ao longo dos anos 2000, a Região Nordeste destacou-se na retomada da atividade econômica brasileira, com sua atividade produtiva crescendo acima da média nacional, com exceção do ano de 2007. Esse processo foi acompanhado pelo aumento real da renda média das famílias e pela redução do desemprego, tendo como impulso adicional a expansão do crédito para empresas e famílias, o que contribuíram para a atração de investimentos públicos e privados e para a promoção do dinamismo regional. A taxa de crescimento relativamente maior do Nordeste manteve-se nos anos posteriores a 2011, momento em que a economia nacional apresentava sinais de desaceleração. Em paralelo, ressalta-se a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2007, e o importante crescimento do volume de recursos e número de operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com apontam Macedo et al. (2017).

Concomitantemente, a região foi beneficiada por políticas de cunho social e abrangência nacional como a política de valorização real do salário mínimo, o Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família, que ampliaram a renda das famílias da região, contribuindo para a expansão do consumo. Assim como para o Brasil, o Nordeste apresentou dois momentos de baixo desempenho. O ano de 2009, em que se observou uma queda no ritmo de crescimento, saindo de 5,4% em 2008 para apenas 1% como reflexo da crise internacional que afetou consideravelmente o país e a região. E o período pós 2010 que, apesar da rápida recuperação econômica 6,6% a.a. em 2010, passou a apresentar no período pós 2011 uma redução do desempenho econômico, culminando com uma taxa negativa de -3,4% a.a. em 2015, acompanhando de perto a tendência nacional.

Tabela 1 - Taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes (%a.a.) Brasil e Grandes Regiões, 2003-2015

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	5,8	9,7	5,5	5,0	3,8	3,9	0,0	10,1	6,5	3,2	2,9	3,0	-2,6
Nordeste	1,6	6,7	3,8	4,6	4,7	5,4	1,0	6,6	4,1	3,0	3,1	2,8	-3,4
Sudeste	-0,1	5,4	3,7	4,1	6,3	5,6	-0,6	7,6	3,5	1,8	2,0	-0,5	-3,8
Sul	2,8	5,0	-0,4	2,9	6,8	3,0	-1,1	7,6	4,3	-0,4	6,1	-0,1	-4,1
Centro-Oeste	3,3	6,4	4,5	3,5	6,9	5,7	2,5	7,0	4,6	4,4	3,9	2,5	-2,1
Brasil	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais. Elaboração Própria.

Ao serem analisadas as atividades produtivas, observa-se um desempenho diferenciado entre os períodos de crescimento (2004 a 2010) e de desaceleração e posterior crise (2011 a 2015). A agropecuária apresentou crescimento positivo e acima da média em praticamente todo o período. No entanto, apesar de anos como 2007 e 2010 terem se mostrado desfavoráveis ao setor, o que chama atenção são as taxas negativas de crescimento dos anos de 2009 e de 2012, reflexo das mudanças climáticas e do impacto de importantes secas na região (CARVALHO, 2012). Em 2015, momento inicial da crise, a agricultura não acompanhou o comportamento da região como um todo. Enquanto na média das atividades o recuo foi de 3,2%, a agropecuária apresentou um leve incremento de 0,5%.

No que tange à indústria na região, destaca-se o bom desempenho da indústria de transformação até 2010. A partir de 2011 o setor apresentou um comportamento semelhante à média nacional, com taxas negativas a partir de 2013, culminando em uma queda de 5,1% em 2015.

Outro setor, que apesar de algumas quedas (2003 e 2005) apresentou taxas de crescimento expressivas foi o da construção. Entre 2006 e 2013, o setor cresceu acima da média da região, reflexo da atração de um bloco de investimentos em infraestrutura econômica e social e do Programa Minha Casa Minha Vida, bem como da construção de novos investimentos produtivos. No entanto, os anos de 2014 e 2015 representaram uma reversão bastante acentuada desse movimento, quando as taxas de crescimento da atividade produtivas foram -1,5% e -11,3%, respectivamente.

O baixo desempenho da indústria extrativa na região também merece destaque, pois essa atividade apresentou taxas de crescimento negativas em boa parte do período analisado. Diferentemente da grande maioria dos outros setores, a atividade extrativa apresentou quedas sucessivas entre 2005 e 2009 (com exceção

do ano de 2007). Apenas em 2010 o setor esboçou uma recuperação, acompanhando a tendência geral. A partir de 2012, período caracterizado pela desaceleração da economia, o setor apresentou baixas taxas de crescimento assim como o restante da economia, culminando em uma queda acentuada de 10,6% no ano de 2015.

Quanto ao setor de serviços, o que mais chama a atenção são as expressivas taxas de crescimento das atividades financeiras, que após 2005 passaram a crescer acima do crescimento médio da região, inclusive no período de redução da atividade econômica nacional e de crise em 2015, quando o setor cresceu 1,4%. Deve-se apontar ainda como destaques positivos as atividades imobiliárias, que apresentaram um desempenho elevado até 2013, e as relacionadas aos setores de comunicação e informação, que cresceram de forma sustentada até 2014. Ambos os setores apresentaram taxas negativas em 2015, -0,5% e -6,1%, respectivamente nesse ano.

Os setores de atividades que competem à atuação do setor público (administração, segurança, saúde, entre outros) apresentaram taxas de crescimento relativamente mais constantes, mantendo-se, desde o início da série, em patamares não tão elevadas como os demais setores, porém sem apresentar nenhuma baixa significativa (-0,6% apenas no ano de 2014).

Tabela 2 - Taxa média anual de crescimento do Valor Adicionado Bruto a preços constantes (%a.a.) segundo atividade econômica Região Nordeste, 2002-2015

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	4.5	10.4	5.1	4.2	-0.4	10.8	-4.7	0.6	10.3	-17.3	-0.1	15.2	0.5
Indústrias extrativas	3.0	3.6	-6.2	-4.4	6.1	-1.5	-4.2	8.5	6.9	0.8	-0.7	1.5	-10.6
Indústrias de transformação	8.8	9.3	3.7	2.9	4.7	4.1	-3.3	7.4	0.5	3.1	-0.3	-1.5	-5.1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	4.9	8.8	5.1	4.8	8.6	-1.6	5.6	1.9	5.6	4.8	8.8	2.8	0.9
Construção	-13.7	16.6	-3.7	7.4	9.4	8.6	5.2	13.1	10.2	3.3	3.0	-1.5	-11.3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	0.1	7.3	8.1	7.3	6.4	6.5	-1.3	12.6	1.6	4.1	3.5	4.3	-8.3
Transporte, armazenagem e correio	-3.1	9.0	3.0	3.2	6.4	9.5	-5.2	12.3	6.2	5.5	1.9	6.5	-3.3
Alojamento e alimentação	2.2	5.4	6.7	6.3	0.4	6.6	1.7	4.0	8.4	7.1	0.5	5.2	-4.9
Informação e comunicação	1.3	1.5	7.1	0.1	5.2	9.4	-8.4	4.6	3.4	9.3	6.3	7.5	-6.1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-1.6	4.6	6.5	10.0	13.4	13.6	12.8	10.1	7.0	7.2	3.3	3.1	1.4
Atividades imobiliárias	4.2	5.5	3.9	4.7	6.3	5.5	4.0	5.3	2.5	6.0	5.5	0.7	-0.5
Serviço prestado às empresas, de seguros e serviços relacionados	0.6	5.3	8.0	5.6	5.5	5.8	5.2	6.8	6.3	8.4	6.5	4.3	-2.2
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	2.8	3.1	1.0	3.7	2.2	0.8	3.2	2.2	1.4	0.8	1.9	-0.6	0.1
Educação e saúde privadas	2.2	1.5	3.1	-0.5	-0.3	4.1	1.0	4.1	5.6	5.4	-0.3	5.5	-0.5
Outros serviços	-0.2	5.1	4.4	2.7	0.3	7.3	6.8	-1.3	0.2	4.2	0.7	1.2	-0.7
Valor Adicionado Bruto Total	1.6	6.5	3.5	4.3	4.5	5.1	1.1	6.0	3.9	2.4	2.7	2.5	-3.2

Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de Estatística, secretarias estaduais de Governo e superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

A análise da participação dos setores no total da atividade, dados apresentados na tabela 3, complementam a análise da dinâmica econômica regional.

No setor agrícola, é perceptível uma queda gradativa durante os anos de 2002 até 2010, saindo de 10% para 6,7%, respectivamente (ver Tabela 3). Nota-se uma recuperação no ano de 2011, seguida de uma queda até 2013 e uma suave elevação da participação, nos anos seguintes, finalizando o ano de 2015 com o setor representando 6,5% do valor adicionado bruto da Região Nordeste.

Em relação ao setor de serviços, percebe-se um movimento de elevação da participação durante o período analisado. A atividade inicia 2002 representando 67,1%, e apresentam tendência de crescimento ao longo do período, culminando em 2015 com um peso de 73,6% do total VAB da região. O aumento deu-se, principalmente, por conta do crescimento nos setores de comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, dos serviços prestados às empresas e da administração pública.

Quanto ao setor industrial, identificam-se dois momentos distintos. Até 2010 houve uma relativa estabilidade do setor industrial. Já de 2011 em diante ocorreu uma progressiva redução da participação no valor adicionado bruto, com exceção do ano de 2015, quando houve uma elevação em relação a 2014.

No que se refere aos subsetores industriais, o que se observa é uma redução generalizada de sua importância para a composição do VAB, entre os anos de 2010-2015. A exceção foi a indústria de transformação, que apresentou uma recuperação de sua participação entre 2014 e 2015. Isso não ocorre porque esse setor se mostrou mais dinâmico que os outros, mas porque sua queda foi relativamente menor.

Tabela 3 - Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (%)
Região Nordeste, 2002-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Agropecuária	6,4	7,2	6,7	5,5	5,1	5,2	5,4	5,2	4,8	5,1	4,9	5,3	5,0	5,0
Indústria	26,4	27,0	28,6	28,5	27,7	27,1	27,3	25,6	27,4	27,2	26,0	24,9	23,8	22,5
Indústrias extrativa	2,0	2,2	2,5	3,1	3,5	3,0	3,8	2,2	3,3	4,4	4,5	4,2	3,7	2,1
Indústrias de Transformação	14,5	16,9	17,8	17,4	16,6	16,6	16,5	15,3	15,0	13,9	12,6	12,3	12,0	12,2
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,4	3,3	3,5	3,4	3,2	3,0	2,6	2,7	2,8	2,7	2,4	2,0	1,9	2,4
Construção	6,5	4,6	4,9	4,6	4,3	4,6	4,4	5,4	6,3	6,3	6,5	6,4	6,2	5,7
Serviços	67,2	65,8	64,7	66,0	67,2	67,7	67,3	69,2	67,8	67,7	69,1	69,9	71,2	72,5
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	7,7	9,5	9,9	10,8	11,2	11,7	12,3	12,7	12,6	12,9	13,4	13,5	13,6	13,3
Transporte, armazenagem e Correios	3,7	3,4	3,5	3,5	3,4	3,7	4,0	3,8	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,4
Alojamento e alimentação	2,0	1,7	1,6	1,6	1,9	2,0	1,8	2,0	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,4
Informação e comunicação	4,3	4,1	4,5	4,6	4,3	4,4	4,4	4,3	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,9	7,4	6,5	7,1	7,2	7,3	6,5	6,6	6,8	6,4	6,4	6,0	6,4	7,1
Atividades Imobiliárias	10,7	9,9	9,5	9,3	8,9	8,8	8,4	8,7	8,3	8,4	8,8	9,2	9,3	9,7
Serviços prestados às empresas	6,5	6,4	6,3	6,3	6,7	6,8	6,9	7,3	7,4	7,6	7,9	8,0	8,1	8,0
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	16,5	16,0	15,6	16,0	16,3	16,3	16,5	17,1	16,3	16,1	15,9	16,4	16,4	17,2
Educação e saúde privadas	3,9	3,7	3,7	3,1	3,4	3,3	3,1	3,2	3,0	3,0	3,4	3,5	3,8	4,1
Outros serviços	4,0	3,6	3,6	3,7	3,8	3,4	3,4	3,5	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Tabela 4 - Participação das Unidades da federação no total do Valor Adicionado Bruto da Região Nordeste, 2002-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sergipe	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7	4,8	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,7	4,6	4,6
Alagoas	5,9	5,7	5,7	5,7	5,9	5,6	5,7	5,7	5,6	5,7	5,6	5,5	5,6	5,6
Rio Grande do Norte	7,5	7,6	7,4	7,3	7,2	7,1	7,0	7,0	6,9	6,9	6,8	6,8	6,8	6,8
Bahia	29,7	29,9	30,7	30,8	30,3	30,4	30,4	30,1	29,9	29,4	29,4	28,9	28,8	28,9
Piauí	4,0	4,2	4,2	4,2	4,2	4,3	4,3	4,5	4,4	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7
Pernambuco	18,9	18,1	17,9	17,9	18,0	18,1	18,0	18,1	18,1	18,2	18,4	18,4	18,3	18,0
Paraíba	6,2	6,4	6,2	6,1	6,3	6,1	6,1	6,1	6,3	6,4	6,5	6,7	6,6	6,7
Maranhão	8,2	8,5	8,5	8,7	8,6	8,8	8,7	8,7	8,4	9,0	9,1	9,3	9,4	9,3
Ceará	15,0	15,0	14,7	14,6	15,1	14,8	15,2	15,1	15,1	15,2	14,9	15,1	15,3	15,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

Outro aspecto importante de análise para a Região Nordeste é a participação efetiva de cada estado no valor adicionado regional. A partir da Tabela 4, percebe-se que há uma tendência de mudanças suaves da participação dos estados ao longo do tempo.

A Bahia, Estado de maior participação no VA, apresentou uma ligeira perda de peso relativo desde 2005, passando de 30,8% para 28,9 em 2015. Pernambuco, segundo Estado em importância, manteve sua participação em torno de 18% durante grande parte do tempo. Nesse mesmo sentido, o Estado do Ceará, com 15% de participação, também manteve seu peso. As três maiores economias da região, dessa

forma, mantiveram-se como os estados que concentram mais de 60% de toda a atividade produtiva da região.

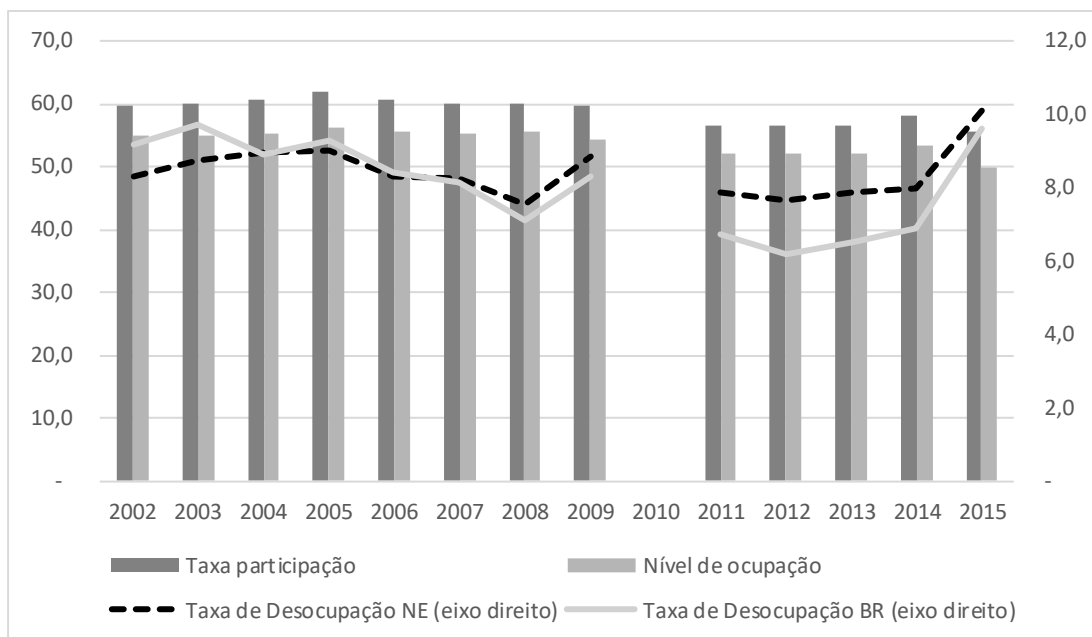
Apesar dessa relativa estabilidade em termos de participação, destacam-se as ligeiras quedas nos pesos relativos do Rio Grande do Norte e de Alagoas e as elevações das participações dos Estados do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.

4 MERCADO DE TRABALHO, RENDA E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Em termos macroeconômicos, é amplamente reconhecido que a dinâmica do mercado de trabalho está diretamente relacionada à dinâmica da atividade produtiva. Isso quer dizer que a expansão do nível de produção de bens e serviços tende a ampliar o nível de emprego e reduzir o desemprego.

De maneira geral, a expansão da atividade produtiva no Nordeste acima da média nacional garantiu à região uma dinâmica em termos de criação de empregos e redução da taxa de desemprego que se aproximou daquela observada para o Brasil como um todo até 2009, período em que a taxa de desocupação da região ficou ligeiramente abaixo da média nacional. No entanto, a partir do momento da desaceleração econômica após 2011 e posteriormente com a crise iniciada em 2015, a taxa de desocupação nordestina descola da média brasileira e já em 2013 passa a apresentar elevações sucessivas até o ápice da série em 2015, momento em que essa diferença se reduz. O nível de ocupação reduz-se sensivelmente nesse período de desaceleração/crise assim como a taxa de participação da força de trabalho em relação à População em Idade Ativa (PIA), o que indica certa dificuldade enfrentada pelo mercado de trabalho.

Gráfico 1 - Indicadores de mercado de trabalho Região Nordeste, 2002-2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

A análise setorial do mercado de trabalho permite avaliar que a perda de participação da ocupação da agropecuária, intensiva em mão de obra⁵, no total da economia nordestina refletiu-se sobremaneira sobre o peso desse setor no total do emprego da região. No início do século, a agropecuária, que representava pouco mais de 6% do VA da região e 36% do total da ocupação em 2002, teve seu peso relativo no emprego total reduzido para aproximadamente 24% (5% do VA) em 2015. Esse movimento aparece como reflexo, não apenas da perda de participação do setor, mas, também, da expansão de uma agropecuária relativamente menos intensiva em mão de obra como aquela característica do cultivo de grãos nos cerrados e da fruticultura irrigada, todas ligadas ao agronegócio.

Tabela 5 - Participação dos ocupados na semana de referência segundo grupamentos de atividade do trabalho principal Região Nordeste, 2002-2015

⁵ Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 82,2% do pessoal ocupado com mais de 14 anos na agropecuária encontravam-se em estabelecimentos da agricultura familiar.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Agrícola	36,5	37,1	36,1	36,0	33,8	32,4	30,8	29,6	27,7	25,3	24,8	25,5	23,9
Indústria	9,0	9,2	9,4	9,7	9,4	10,0	9,8	9,3	9,0	9,0	9,2	8,7	8,6
Indústria de transformação	8,3	8,4	8,7	9,0	8,8	9,3	9,1	8,6	8,3	8,5	8,6	8,0	8,0
Construção	5,9	5,2	5,4	5,4	5,9	5,9	6,9	6,9	7,9	8,5	8,9	9,0	9,1
Serviços	44,7	44,5	45,0	44,6	46,2	46,8	47,3	48,9	49,8	51,7	51,9	51,3	52,5
Comércio e reparação	15,6	16,2	15,5	15,9	16,0	16,5	16,2	17,0	17,1	17,8	17,1	17,5	18,1
Alojamento e alimentação	3,3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,3	3,5	3,6	4,6	4,7	4,6	4,6	4,9
Transporte, armazenagem e comunicação	3,6	3,6	3,7	3,5	3,7	3,8	3,8	3,7	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5
Administração pública	4,5	4,6	4,9	4,7	4,8	4,8	5,0	5,2	5,6	5,7	5,7	5,2	5,1
Educação, saúde e serviços sociais	8,1	7,8	7,6	7,8	8,0	8,2	8,4	8,5	8,7	9,1	10,0	9,8	10,1
Serviços domésticos	6,3	6,0	6,4	6,4	6,7	6,8	6,6	7,2	6,5	6,4	6,5	6,0	6,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,2	3,1	3,7	3,1	3,7	3,4	3,8	3,6	3,0	3,5	3,5	3,7	3,6
Outras atividades	3,7	3,8	3,9	4,0	4,5	4,5	4,8	5,0	5,5	5,4	5,1	5,4	5,7
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

O emprego industrial expandiu-se de 9,0% para 10,0% entre 2002 e 2007. Mas, de maneira geral, chama a atenção a relativa resiliência da manutenção do peso relativo da ocupação na indústria de transformação nordestina no total da atividade da região entre 2002 e 2015, especialmente em um cenário em que o país e a região passaram a perceber uma redução do peso relativo da indústria de transformação no total do PIB.

Certamente, a ampliação dos projetos de investimentos, da renda das famílias, do crédito habitacional e dos incentivos advindos do programa MCMV na região refletiram-se no aumento da participação do setor da construção no total do emprego, apesar de o setor ter apresentado perda relativa em termos de Valor Adicionado, se comparado os anos de 2002 e 2015 (Tabela 3).

Assim como para o VA, o peso no total da ocupação no setor de serviços ampliou-se sensivelmente. Puxada pelos setores do comércio e reparação, alojamento e alimentação e transporte a participação no total do emprego dos serviços passou de 44,7% para 52,5%, entre 2002 e 2015. A elevação do peso relativo desse setor está diretamente relacionada à expansão do próprio emprego e da renda das famílias, que, associada ao crédito, impulsionaram o mercado doméstico da região criando um impulso expressivo não só para a atividade produtiva como para a criação

de novas vagas em atividades associadas à prestação de serviços pessoais e do comércio varejista.

A retomada do crescimento econômico, nesse período, proporcionou a expansão do emprego em meio a um processo de formalização dos contratos de trabalho e de ampliação dos postos com carteira assinada. O aumento da participação de trabalhadores nessa última posição (16,4% em 2002 contra 26% em 2014) deu-se simultaneamente à redução do peso dos trabalhadores por conta própria, uma posição na ocupação reconhecidamente associada a atividades ligadas ao setor informal da economia (Ver Tabela 6). O aumento do funcionalismo público (militares e estatutários) também contribuiu para esse quadro de elevação da taxa de formalização no mercado de trabalho nordestino (Ver Gráfico 2).

Tabela 6 - Participação dos ocupados na semana de referência segundo posição na ocupação do trabalho principal Região Nordeste, 2002-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Empregado com carteira	16,4	17,2	17,2	17,8	18,5	19,9	20,9	21,6	24,7	25,4	26,0	26,0	25,3
Militar e funcionário público estatutário	5,7	5,8	6,0	5,6	6,1	6,2	6,2	6,8	7,2	7,1	7,4	7,0	7,3
Outros empregados	21,6	20,5	21,1	21,2	21,4	20,8	21,1	20,8	19,7	20,4	19,7	19,8	19,4
Trabalhador doméstico com carteira	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,3
Trabalhador doméstico sem carteira	5,5	5,1	5,4	5,5	5,7	5,8	5,6	6,1	5,4	5,3	5,3	4,9	4,9
Empregador	3,0	2,8	2,9	3,0	3,1	2,5	3,3	3,2	2,5	2,8	2,6	2,4	2,7
Conta própria	27,6	27,9	27,4	26,3	26,1	25,4	24,8	24,9	24,9	24,6	24,4	24,9	27,3
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,8	6,5	6,4	7,7	7,5	8,5	8,7	7,8	9,0	8,5	9,7	9,6	8,1
Não remunerado	13,4	13,2	12,5	11,8	10,5	9,9	8,2	7,6	5,3	4,8	3,6	4,2	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

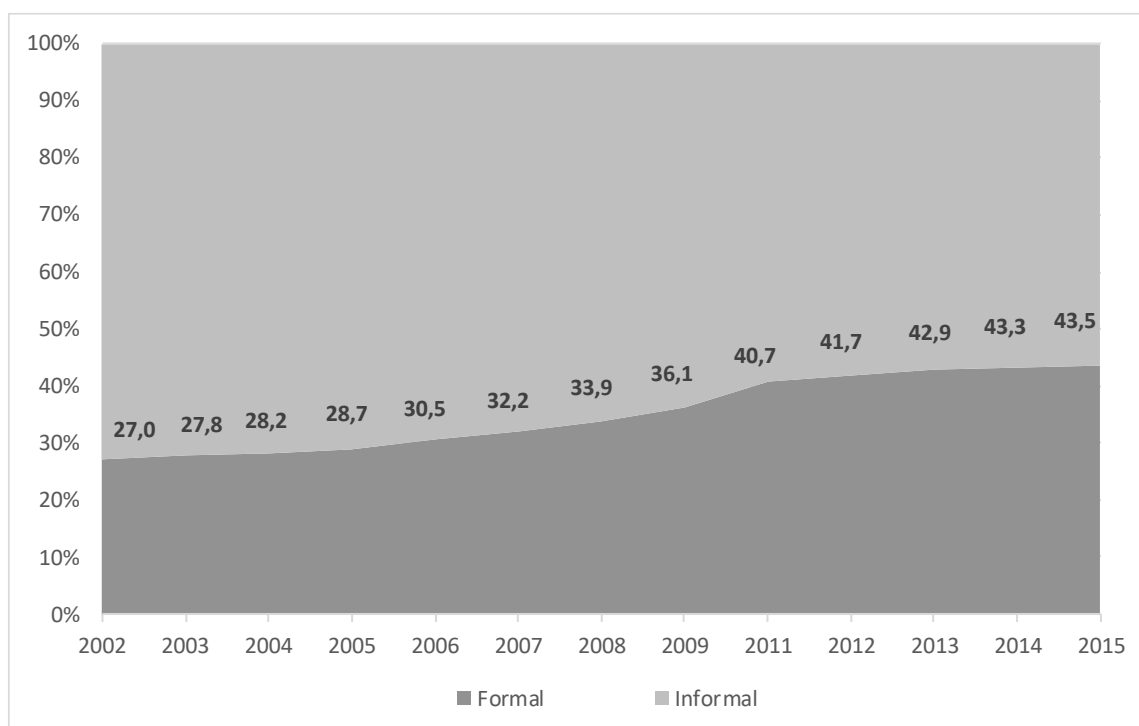
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

A expressiva redução do peso das ocupações não remuneradas do total do emprego é outra característica da melhoria vivenciada pela região nesse início de século. Ademais, o bom momento vivido pelo mercado de trabalho no Nordeste também pode ser observado pela elevação do peso relativo do emprego doméstico com carteira vis-à-vis à redução daqueles sem carteira. Por fim, outro movimento importante que pode ser observado é o aumento da participação dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, que passaram de 5,8% em 2002 para 9,6% em 2014. Analisado em conjunto com a retração do trabalho por conta própria e a diminuição do não remunerado, o crescimento do trabalho para o autoconsumo pode

indicar um efeito positivo das políticas sociais, que reduziram a necessidade do trabalho precário no nordeste brasileiro.

No entanto, a crise iniciada em 2015 fez com que um primeiro passo fosse dado no sentido da reversão desse processo. O emprego com carteira de trabalho assinada reduz sua participação simultaneamente a uma elevação do peso emprego por conta própria, o que indica uma piora em relação ao movimento anterior.

Gráfico 2 - Taxa de formalização (contribuição para instituto de previdência) Região Nordeste, 2002-2015



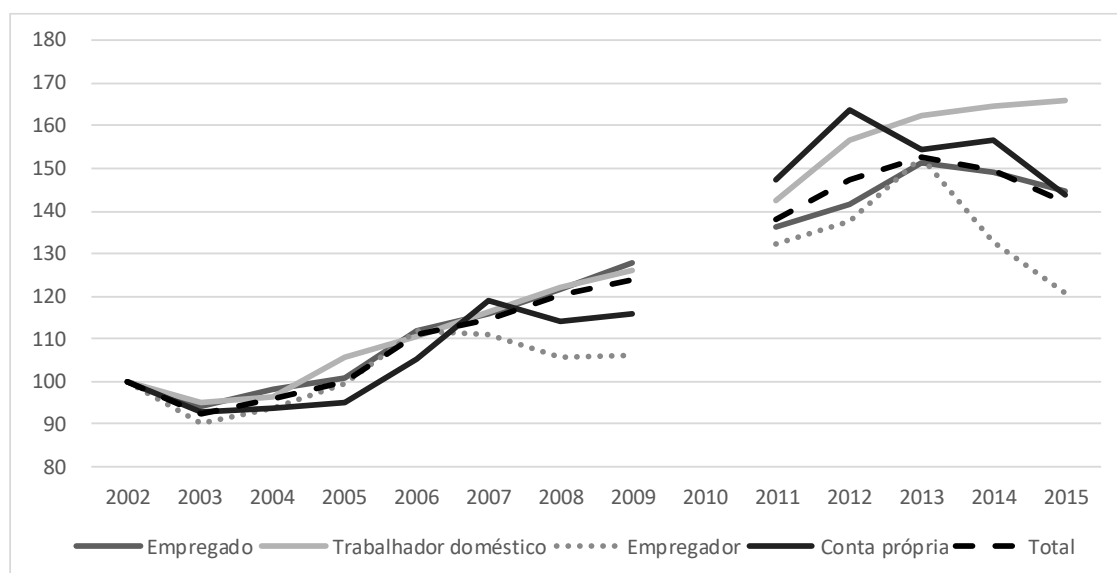
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

Contratos de trabalho formais em expansão somados a uma elevação do assalariamento refletiram-se num aumento da taxa de formalização, como pôde ser visto no Gráfico 2, ao longo de todo o século XXI. É importante afirmar que a criação de empregos se deu em paralelo a uma expansão da renda média em um contexto de redução da desigualdade de renda até 2015.

O crescimento da economia nordestina foi alimentado pela expansão da renda média do trabalho. A geração de emprego associada e expansão da renda contribuíram para criar um processo que dinamizou economias locais a partir do consumo das famílias. Políticas como a de expansão dos programas de transferência de renda, de valorização real do salário mínimo e da elevação do crédito às famílias

impulsionaram o comércio varejista, os serviços pessoais e a indústria de alimentos e bebidas, calçadista e têxtil e de confecções, setores amplamente associados à dinâmica da renda e do consumo.

Gráfico 3 - Evolução do valor real do rendimento médio mensal do trabalho principal dos ocupado segundo posição na ocupação (2002 = 100) Nordeste, 2002-2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

O crescimento da renda média do trabalho no Nordeste deu-se de forma acentuada, especialmente no período de 2005 a 2012. A desaceleração iniciada já em 2011 provocou para trabalhadores de determinadas posições na ocupação uma diminuição no ritmo de crescimento da remuneração média real do trabalho e, em alguns casos, a reversão, com perdas reais para praticamente todas as posições a partir de 2013, com exceção dos trabalhadores domésticos. A remuneração média desses últimos não caiu apenas por estar amplamente ancorada no valor do piso mínimo legal, cuja evolução dependia de uma política explícita que garantia a expansão do valor do salário mínimo pela inflação do ano anterior e a variação do PIB de dois anos atrás, vinculando-a ao crescimento do PIB *per capita*⁶.

Como apontado anteriormente, houve uma expressiva redução das ocupações sem remuneração, reflexo sobretudo da expansão do assalariamento com carteira e, em especial, de seu segmento formal. É evidente que a elevação da remuneração média do trabalho associada ao contexto favorável de geração de postos de trabalho

⁶ Ver Dedecca (2005).

nos diversos setores da economia nordestina foi relevante para caracterizar esse período. No entanto, não se pode deixar de notar que, do ponto de vista da estrutura de remuneração do mercado de trabalho regional, para além da predominância do peso relativo das faixas mais baixas de remuneração (até dois salários mínimos), a expansão do emprego acabou por reforçar uma característica que se mostra historicamente estrutural do ponto de vista do mercado de trabalho.

Uma já elevada participação de ocupados com até dois salários mínimos, 64,3% em 2002, foi ampliada para mais de 72% do total da ocupação da região. Apesar de ser razoável considerar que esse bom momento da economia e do mercado de trabalho na região foram importantes para alterar sobremaneira a realidade de uma das regiões mais pobres do país, pondera-se que, em termos estruturais, ainda que se faça uma ressalva a respeito do pouco tempo, não houve alterações mais significativas. Isso fortalece o argumento de que o cenário de crise do após 2015 foi suficiente para reverter diversas conquistas do ponto de vista do emprego e da renda no mercado de trabalho da região.

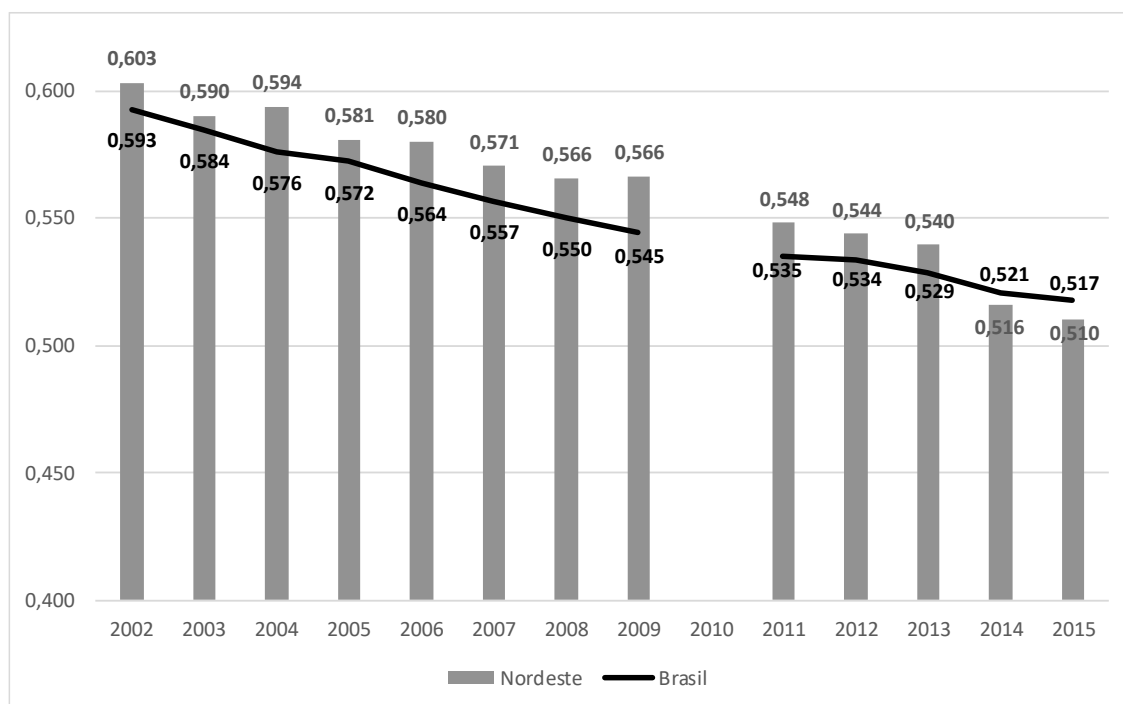
Tabela 7 - Participação dos ocupados na semana de referência segundo faixas de salário mínimo Região Nordeste, 2002-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Sem rendimento	19,7	19,9	19,2	19,7	18,4	18,6	16,8	15,3	14,4	13,7	13,7	14,1	11,8
Até 2 salários mínimos	64,3	64,4	65,8	67,2	68,1	66,9	68,5	69,7	67,9	70,5	68,8	68,7	72,6
Mais de 2 a 5 salários mínimos	10,4	10,6	9,4	8,5	8,6	9,5	9,6	9,8	10,3	10,2	10,8	11,7	10,7
Mais 5 salários mínimos	4,7	4,1	4,5	3,9	4,3	4,2	4,0	4,1	4,2	3,8	4,2	3,9	4,0
Sem declaração	0,9	0,9	1,1	0,7	0,7	0,8	1,0	1,0	3,2	1,8	2,5	1,6	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

O Nordeste também conheceu nesse período um processo de redução da desigualdade de renda. A concentração da renda domiciliar *per capita* entre 2002 e 2015 foi reduzida de forma expressiva no Nordeste. Quando mensurada pelo índice de Gini, a desigualdade de renda caiu mais de 12% nesse período. Uma região com elevados níveis de desigualdade, acima da média brasileira, conheceu um processo de diminuição das disparidades internas em termos de distribuição pessoal da renda, atingindo 2015 com um valor relativamente inferior à média brasileira (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Índice de Gini para o rendimento domiciliar *per capita* Brasil e Região Nordeste, 2002-2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

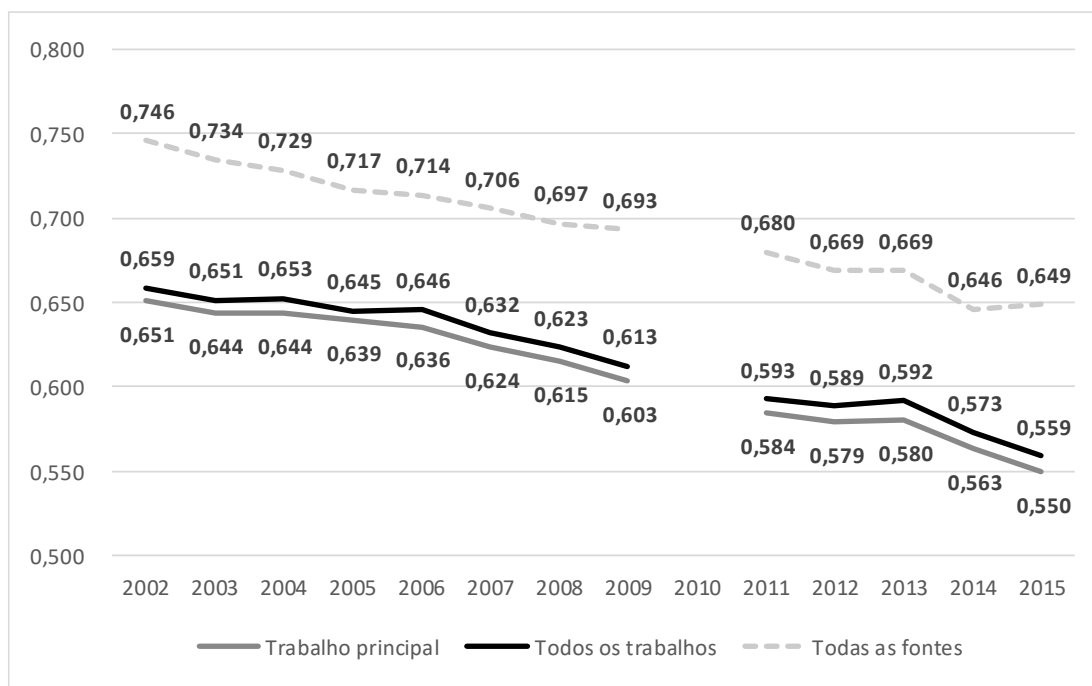
Ao se avaliar a concentração de renda (Gini) da região segundo sua fonte geradora, percebe-se que o processo se deu de forma generalizada para todas as fontes, com destaque para a queda acentuada da concentração dos rendimentos oriundos do trabalho (principal e outros trabalho inclusive). O que chama a atenção, no entanto, é que o ano de 2015 já dava sinais do processo de reversão da queda da desigualdade evidenciando uma elevação da desigualdade quando avaliado o rendimento de todas as fontes (Ver Gráfico 5).

Segundo estudo desenvolvido por Hoffmann (2017) para o Brasil, um dos elementos que contribuiu para a reversão desse movimento de queda da desigualdade foi o comportamento das parcelas do rendimento associadas aos pagamentos efetuados pelo governo quanto ao salário dos funcionários públicos estatutários e às transferências destinadas às aposentadorias e pensões oficiais⁷.

Gráfico 5 - Índice de Gini para rendimentos individuais segundo fontes de renda

⁷ Considera-se que um esforço no sentido de mapear esse fenômeno para o Nordeste é absolutamente válido, porém, foge ao espaço do presente artigo.

Região Nordeste, 2002-2015



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração Própria.

Além da medida tradicional de concentração de renda, o Índice de Gini, pode-se avaliar, também, a evolução da desigualdade de renda a partir do comportamento do rendimento médio segundo uma divisão da população por intervalos decílicos para o rendimento de todas as fontes, além da participação relativa de cada um desses estratos no total da massa de rendimentos.

O número índice para o crescimento do rendimento médio captado pela PNAD aponta que, entre 2002 e 2014, houve um crescimento generalizado por todos os estratos de renda nordestinos (Ver Tabela 8). No entanto, é razoável afirmar-se que, de fato, nesse período, o Nordeste, seguindo a dinâmica nacional⁸, ficou marcado por um processo de redução da desigualdade de renda pois o crescimento do rendimento médio se deu de forma relativamente mais acentuada entre os mais pobres vis-à-vis ao crescimento dos mais ricos. A elevação da renda relativamente mais acentuada nos extratos inferiores permitiu uma diminuição das distâncias, isto é, da desigualdade entre os de baixo e os de cima.

Tabela 8 - Índice do crescimento do rendimento médio de todas as fontes segundo intervalos decílicos (2002 = 100) Região Nordeste, 2002 - 2015

⁸ Ver Trovão et al. (2019).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
1º	100	85	94	99	105	112	120	119	163	169	171	173	170
2º	100	88	92	102	110	117	123	127	130	148	161	157	158
3º	100	92	93	103	113	119	123	131	150	158	162	167	147
4º	100	90	94	103	110	116	126	133	142	154	161	161	161
5º	100	97	101	110	120	126	130	138	139	147	164	160	160
6º	100	92	96	104	116	120	125	131	134	151	159	150	155
7º	100	99	103	112	130	128	132	136	136	153	140	149	143
8º	100	94	103	106	102	120	123	131	127	157	153	143	151
9º	100	93	97	99	108	110	115	122	141	152	152	132	150
10º	100	87	95	96	104	104	109	113	120	123	135	114	108
Total	100	90	94	98	108	112	116	121	129	139	145	129	132

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Elaboração Própria.

Essa tendência pode ser considerada um fenômeno inédito para a o Brasil e para a Região. Dedecca (2010) aponta que a desigualdade de renda, em outros momentos da história, reduziu-se em decorrência de um crescimento da renda dos de baixo em simultâneo à queda dos rendimentos dos de cima. Porém, entre 2002 e 2013, o que se pôde observar é que a redução da desigualdade se deu a partir de uma melhora generalizada da renda média em, praticamente, todos os estratos, e não por conta do crescimento da renda dos de baixo em detrimento dos de cima.

Já entre 2013 e 2014 o que ocorre é um movimento de redução da desigualdade associada a uma queda do rendimento médio dos de cima em detrimento da elevação (1º, 3º e 4º intervalos decílicos) ou de uma queda menos acentuada entre os de baixo (2º e 5º intervalos decílicos) relativamente aos de cima.

Entre 2014 e 2015, o que parece ter ocorrido é uma reversão do processo de redução da concentração de renda no Nordeste, já capturada pelo Gini de todas as fontes (Gráfico 5). A realidade é que o rendimento médio dos de baixo ou caiu, ou não percebeu qualquer tipo de incremento. No entanto, ao observar o crescimento do rendimento dos de cima o que se nota é que em alguns decis, como os 6º, 8º e 9º estratos, o que se percebe é uma taxa de crescimento superior às do de baixo. Ainda que o 7º e o 10º estratos tenham apresentado quedas relativas em seu rendimento médio, isso já se mostrou suficiente para que a desigualdade renda tenha encerrado sua trajetória de queda na região.

A Tabela 8 traz as informações sobre o peso relativo de cada estrato na massa de rendimentos de todas as fontes. Isso permite uma avaliação da dimensão da

desigualdade quanto a apropriação da renda gerada na economia nordestina no período.

De fato, os dados reforçam a ideia de um processo que se mostrou mais favorável aos estratos inferiores, pois estes ampliaram sua parcela no total da massa de renda, melhorando a estrutura distributiva regional.

No entanto, chama a atenção que os 70% que se encontravam na base da distribuição de renda ampliaram sua participação de 35,5% para 43,2% do total da massa de renda entre 2002 e 2015. Ademais, a despeito de os 30% do topo e, especialmente, os 10% mais ricos que apresentarem uma redução da participação relativa de 39,9% para 33,5%, a distância que separa os 10% mais ricos e os 10% mais pobres é ainda abismal. Isso quer dizer que a parcela apropriada pelo 10% mais ricos é mais de 16 vezes a parcela dos 10% mais pobres. Em outras palavras, aproximadamente 1/3 de toda a renda gerada na economia e que vai para a população do Nordeste fica concentrada na mão dos 10% mais privilegiados da população, enquanto que os 10% mais pobres ficam com apenas 2% desse total.

Tabela 9 - Participação na massa de rendimentos de todas as fontes segundo intervalos decílicos Região Nordeste, 2001-2015

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
1º	2,1	2,0	2,2	2,1	2,1	2,0	2,1	2,0	2,1	2,2	2,1	2,3	2,0
2º	3,5	3,6	3,7	3,8	3,8	3,8	4,0	3,9	4,2	4,3	4,1	4,3	4,3
3º	4,3	4,4	4,4	4,9	4,5	4,9	4,7	4,8	5,0	5,3	5,5	5,6	5,4
4º	5,7	5,4	5,7	5,9	5,8	5,6	5,8	5,9	5,9	5,9	5,6	6,0	6,1
5º	5,3	6,2	5,9	6,3	6,1	6,6	7,1	7,0	7,4	7,1	7,5	7,7	7,9
6º	7,6	7,6	7,6	7,5	8,0	7,9	8,2	8,2	8,6	8,6	8,6	9,3	9,3
7º	6,8	8,5	8,9	10,1	7,3	9,7	8,1	8,4	7,4	7,8	7,0	6,7	8,3
8º	9,4	8,8	8,7	7,3	10,2	8,3	9,2	9,0	10,1	9,7	10,1	10,5	9,4
9º	15,2	14,7	14,0	14,6	13,5	14,0	13,8	14,0	13,5	13,7	13,8	13,6	13,9
10º	39,9	38,7	38,9	37,4	38,7	37,2	37,1	36,7	35,8	35,3	35,7	33,9	33,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Elaboração Própria.

Nota-se, assim, que o fenômeno da desigualdade, ao menos em sua dimensão da renda monetária corrente, deu alguns sinais de que, nesse período, o crescimento econômico com inclusão social teria se mostrado mais favorável aos de baixo da pirâmide distributiva. Evidentemente, isso não decorreu apenas da elevação do nível da produção que permitiu uma elevação do nível de emprego na região, em especial em seu segmento formal. Mas, também, por conta de políticas sociais adotadas em âmbito nacional e seus efeitos implícitos para o Nordeste, como são os casos do

Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da política de valorização real do salário mínimo. Essas políticas permitiram essencialmente a elevação da renda dos que se encontravam na base da estrutura distributiva.

Em síntese, o crescimento econômico ao dinamizar o mercado de trabalho regional contribuiu positivamente para o processo de queda da desigualdade. As elevações da formalização e do assalariamento com carteira de trabalho assinada nas faixas de rendas diretamente associadas ao salário mínimo, somadas às políticas de transferências de renda e da própria política de valorização do piso mínimo legal, certamente mostraram-se como os pilares desse movimento de diminuição da concentração de renda no Nordeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se apontar, no presente Artigo, que o dinamismo econômico alcançado pelo Nordeste, ao proporcionar a expansão do emprego e da renda nesse início de século, possibilitou melhorias nas condições do mercado de trabalho da região em que se observaram: 1) a redução das ocupações sem remuneração; 2) o aumento da participação do assalariamento com carteira; 3) a elevação do rendimento médio; 4) a expansão do emprego formal com ampliação da formalização de postos de trabalho; e 5) a redução no grau de concentração da renda.

Apesar desse processo se mostrar relativamente favorável, algumas considerações são necessárias: 1) o processo observado ocorreu em paralelo à perda relativa de participação do setor industrial no VAB e, em menor medida, no total do emprego da região; 2) os subsetores responsáveis pelos maiores incrementos na geração de ocupação foram a construção, a prestação de serviços pessoais e o comércio; 3) grande parte do emprego criado circunscreve-se à faixa de rendimentos de até dois salários mínimos; 4) não se pode afirmar que nesse processo houve mudanças estruturais no mercado de trabalho regional (basta observar a rápida reversão da tendência de queda da taxa de desocupação na desaceleração e no após 2015); 5) apesar de a análise se limitar ao último ano da divulgação da PNAD anual, sugere-se que a queda do PIB em 2016 e a lenta “recuperação” após 2017 não garantirá ao grande contingente de trabalhadores desocupados sucesso na busca por emprego no curto prazo.

Apesar de não ser causa exclusiva do bom momento vivido pelo Brasil, o crescimento econômico do Nordeste mostrou-se peça chave na reativação do mercado de trabalho, especialmente em seu segmento formal, mesmo que reconhecidas suas limitações.

A realidade é que o dinamismo econômico possibilitou a ampliação do escopo da condução da política econômica em âmbito nacional, o que se refletiu de forma implícita no bom comportamento da economia e do mercado de trabalho regionais. A promoção e a ampliação de políticas públicas também tiveram um papel relevante nesse processo, especialmente aquelas voltadas à criação de emprego, como é o caso dos blocos de investimentos direcionados à região, às que proporcionaram a melhoria das condições no mercado de trabalho, como a valorização real do salário mínimo, e as orientadas para a redução da pobreza, como é o caso do Programa Bolsa-Família, do BPC e da Previdência Rural.

Em síntese, a reversão desse cenário no período de crise e de lenta “recuperação” tem aprofundado complexos desafios para o desenvolvimento regional em termos de desigualdades associadas ao mercado de trabalho e à concentração da renda.

O crescimento da atividade produtiva mostrou-se fundamental para a melhoria da condição social e para a redução de algumas desigualdades que caracterizam a região nordestina. No entanto, o tipo de crescimento a ser perseguido (com ou sem concentração de renda, com níveis altos ou baixos de desemprego, com piores ou melhores condições de trabalho etc.) é que parece ser o ponto central que deve nortear o debate sobre os rumos para o Nordeste no seu longo caminho para o desenvolvimento socioeconômico regional. Para além do crescimento, política regionais que permitam mudanças estruturais na base produtiva regional, também são importantes para se pensar no desenvolvimento da região no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Juliana Bacelar de. **Mercado de trabalho e desigualdade**: o Nordeste brasileiro nos anos 2000. 2017. 319 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2000.

ARAÚJO, J. B.; TROVÃO, C. J. B. M. Desigualdade nas mesorregiões nordestinas: uma análise multidimensional dos anos 2000. **Revista Política e Planejamento Regional**, n. 1, v. 2, p. 71-90, jan./jun. de 2015.

ARAÚJO, T. B. A industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, S. **A Questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930-1970. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil**: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, W. Prefácio. In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. C.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CARVALHO, O. de. As secas e seus impactos. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **A questão da água no Nordeste**. Brasília, DF: CGEE, 2012.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro**. Brasília, DF: CGEE, 2014.

DEDECCA, C. S. Diretrizes para uma Política de Valorização do Salário Mínimo. In: BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. (Org.) **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Campinas: IE/UNICAMP, 2005.

DEDECCA, C. S. **As desigualdades na sociedade brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP – Mimeo, 2010.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução a formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015. **Texto para Discussão**, n. 38, Rio de Janeiro: IEPE/Casa das Garças, 2017.

LAPLANE, M. e SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, R. (Org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.

MACEDO, F. C. de; SAMPAIO, D. P.; PIRES, M. J. S. 25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da **PNDR**. **Eure-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 43, p. 257-277, 2017.

RESENDE, G.M.; CRUZ, B.O.; MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C.N.; BARUFI, A.M.B.; COELHO, M. H. P.; e OLIVEIRA, C.W.A. Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. **Texto para discussão**, n. 2054. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2015.

TROVÃO, C.J.B.M.; MONTENEGRO, R. F.; OLIVEIRA, P. H. N. **Economia, trabalho e renda no brasil do início do século XXI**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019. (Mimeo).